



Apresentação e aplicação da economia popular e solidariária no Equador

Presentation and application of the popular and solidarity economy in Ecuador

DOI: 10.56238/isevmjv2n5-026

Recebimento dos originais: 20/10/2023

Aceitação para publicação: 08/11/2023

Antonin Leblond

Mestrando em Comercio e Relações Econômicas Europa-Ásia

Universidade Rennes 2, França

E-mail: antonin.leblond@etudiant.univ-rennes2.fr

Cristhian Gorozabel Pincay

Mestre em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Bacharel em Relações Internacionais

Universidade de Alicante, Espanha

E-mail: cgp96@alu.ua.es

RESUMO

O presente artigo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, por meio de procedimentos de revisão bibliográfica documental, e foi aplicado como método de pesquisa um estudo de caso. Tem como objetivo realizar uma breve análise da aplicação do conceito de Economia Social e Solidária (ESS) no Equador. Dessa forma, aborda a transição de paradigma do conceito de desenvolvimento, enfatizando a relevância de outras abordagens teóricas mais inclusivas e sustentáveis, como o "Buen Vivir" e a ESS. Além disso, neste trabalho destaca-se o compromisso constitucional assumido pelo país sul-americano com a "Economia Popular e Solidária" (EPS) e o Buen Vivir, conceitos com os quais se pretende alcançar uma sociedade mais justa, harmoniosa e igualitária. Por fim, propõem-se ações para a implementação da ESS, por meio da educação especializada, conscientização, igualdade de gênero e comunicação.

Palavras-chave: Buen Vivir, Sumak kawsay, Economia Social e Solidária, Economia Popular e Solidária, Ecuador.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, surgiram inúmeras correntes que definiram o que se considera desenvolvimento dentro de uma sociedade. No entanto, o desenvolvimento econômico tem sido, até os dias atuais, a forma mais comum de analisar esse conceito. Apesar disso, ao longo da história, surgiram alternativas ao desenvolvimento capitalista e levaram à ideia de desenvolvimento como a necessidade de satisfazer as carências e potencializar as capacidades da humanidade.

Por sua vez, a Economia Social e Solidária (ESS) pode ser considerada como uma alternativa – baseada na solidariedade e no trabalho – ao sistema econômico atual e à ideia

predominante de desenvolvimento. Entre seus postulados, de maneira geral, essa forma de pensamento promove a participação social e uma distribuição adequada da riqueza.

Além disso, é considerada uma resposta direta às diversas problemáticas sociais do século XXI, tais como a pobreza, a economia informal, a desigualdade, o desemprego, o papel da mulher no ambiente de trabalho, o deterioro do meio ambiente etc. A ESS propõe a ideia de um novo modelo de desenvolvimento que seja mais alternativo e integral, sustentável, justo e humano.

Esse enfoque conceitual pode receber uma denominação diferente dependendo do país onde é aplicado. No caso da República do Equador, é habitualmente utilizado o termo "Economia Popular e Solidária" (EPS). E sua aplicação integra conceitos como o "Buen Vivir", que, a partir de uma perspectiva indigenista-sul-americana, oferece (colocando as pessoas e suas condições de vida no centro) uma alternativa à visão ortodoxa de desenvolvimento, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa.

2 SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Após o término da Segunda Guerra Mundial, por meio da doutrina Truman, o conceito de desenvolvimento foi institucionalizado, permitindo a apresentação de ideias que hoje conhecemos como "Ajuda Externa" e países "subdesenvolvidos". Na década seguinte, segundo o que foi proposto por Míguez (2017), uma multiplicidade de propostas teria florescido, considerando o desenvolvimento econômico como um objetivo prioritário e dando ao Estado um papel principal no processo. "As teorias do desenvolvimento que proliferaram após a Segunda Guerra alimentaram, desde então até hoje, o mito do desenvolvimento econômico" (Míguez, 2017, p. 144). Nesse sentido, Krasner (2010) fornece uma ampla perspectiva sobre a trajetória do desenvolvimento do Estado sob três enfoques conceituais: teoria da modernização, escolha racional e capacidade institucional. Além disso, cada uma delas tem seu próprio critério em relação à ajuda externa, e sua predominância relativa é inversa, ou seja, a teoria da modernização e a capacidade institucional dominam o discurso e a prática.

Em termos gerais, a teoria da modernização - segundo Krasner, é a mais reconhecida - mede o desenvolvimento em termos de crescimento econômico e sustenta que a transformação política e a democratização são o resultado da mudança social e do crescimento econômico (Krasner, 2010, p. 590). Essa teoria compreende que a democracia é consequência do crescimento econômico, ou seja, um alto desenvolvimento econômico assegura a permanência de regimes democráticos (Krasner, 2010, p. 691), evitando assim a instauração de ditaduras. Por sua vez,

Krasner (2010, p. 692), ao contrário do que sugere a teoria da modernização, afirma que não existe nenhuma relação direta entre os níveis de renda e a permanência dos regimes autocráticos.

Por outro lado, a teoria da capacidade institucional (década de 1960) confere grande importância às instituições como garantidoras da ordem política e do crescimento econômico. Assim, essas entidades, além de adaptáveis, complexas e autônomas, devem ser eficazes e possuir capacidade institucional. Portanto, a autoridade, a legitimidade e a eficácia das instituições centrais do Estado são fundamentais para os autores que enfatizam a capacidade institucional (Krasner, 2010: 695).

Com relação ao ambiente externo (conforme proposto por Krasner), ambas as teorias apontam o seguinte: por um lado, a modernização considera que este pode fornecer recursos na forma de capital, novas tecnologias ou oportunidades para o intercâmbio econômico; por outro lado, a capacidade institucional afirma que as ameaças externas podem criar incentivos, às vezes muito persuasivos, para aumentar o poder do Estado, ou então, o ambiente internacional pode sugerir uma série de atividades estatais pouco adequadas para a capacidade limitada dos países em desenvolvimento contemporâneos (Krasner, 2010, p. 701).

Em relação à ajuda externa, ambas as teorias apresentam diferentes pontos de vista. Para a teoria da modernização, os doadores devem fornecer recursos, enquanto a capacidade institucional concentra sua atenção no papel dos doadores como atores que devem fortalecer as instituições nos Estados-alvo (Krasner, 2010).

O debate sobre o conceito de desenvolvimento tem sido extenso em relação à sua fundamentação e, como foi dito anteriormente, Krasner nos oferece um ponto de partida para começar a estudá-lo. É importante compreender que, como um todo, este conceito tem sido tenso devido à necessidade de analisar a vida e o nível de satisfação da população. Desta forma, é relevante ressaltar que, além da teoria da modernização (que observa o desenvolvimento a partir do aspecto econômico e do progresso técnico), existem outras visões do desenvolvimento.

De uma perspectiva de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas ou o Banco Mundial, pode-se falar do desenvolvimento como a capacidade de satisfazer as necessidades básicas de uma determinada população. Por outro lado, também existe uma ideia de desenvolvimento que procura desenvolver as capacidades básicas da população, atribuindo esta definição ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e à ideia de Desenvolvimento Humano do muito reconhecido Amartya Sen, o qual propõe outra maneira de



conceber o desenvolvimento, colocando a liberdade como sua principal característica (Cejudo, 2007)¹.

Além disso, surgiram conceitos alternativos, com perspectivas do Sul, que propõem um olhar diferente e buscam uma ruptura conceitual que deixe de lado os ideais do Consenso de Washington e as abordagens mais ortodoxas do conceito de desenvolvimento. Nesse sentido, apresenta-se o Buen Vivir do Equador (juntamente com a economia social e solidária), um conceito que, a princípio, responde ao modo de vida dos povos originários da região e oferece uma vida plena (Sumak Kawsay) para cada ser humano em harmonia com a natureza.

2.1 A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA E A LEGISLAÇÃO EQUATORIANA

A nova constituição adotada em 2008 sob a presidência de Rafael Correa no Equador permitiu a introdução de elementos destinados à implementação de uma economia social e solidária (sob o nome de "economia popular") dentro do próprio quadro constitucional. O artigo 304 estabelece como objetivos do comércio, no item 5, o impulso ao "desenvolvimento de economias de escala e do comércio justo" (ECUADOR, 2008), especificamente as microempresas e os atores da economia popular beneficiaram-se de um tratamento preferencial.

Além disso, este artigo e outros resultaram na criação do Comitê Interinstitucional de Promoção do Comércio Justo, representado pelo ministro do Comércio Exterior. Esta nova organização promove a construção de novas relações e práticas sociais de produção, especialmente uma distribuição e consumo baseados em justiça, equidade e corresponsabilidade. Seus principais eixos são o fortalecimento do quadro normativo e institucional do comércio justo, a abertura de mercados para produtos e serviços do comércio justo e o fortalecimento de organizações e empresas do comércio justo. Em outras palavras, a ideia é promover e fortalecer práticas de comércio justo.

O Comitê Interinstitucional de Promoção do Comércio Justo não é a única organização governamental fomentando o comércio justo, também foram criados, entre outros, o Instituto de Economia Popular e Solidária e a Superintendência de Economia Popular e Solidária.

No entanto, ambas organizações agem de maneiras muito diferentes. O Instituto de Economia Popular e Solidária apoia Organizações da Economia Popular e Solidária nos processos legais, na elaboração de projetos, no suporte técnico e, de forma geral, atua como um informante privilegiado para outras organizações. Enquanto isso, a Superintendência de Economia Popular e

¹ As contribuições de Sen culminaram na construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) utilizado pelo PNUD, evidenciando uma grande mudança de paradigma.

Solidária representa uma entidade de supervisão e controle, com a intenção de ser uma instituição técnica líder regional e referência internacional em 2022 em termos de supervisão e controle, promovendo a consolidação e contribuindo para o "Buen Vivir" da cidadania.

2.2 ECONOMIA POPULAR E O BUEN VIVIR

O ponto mais importante da revisão constitucional no caso do Equador é a inclusão do conceito do "Buen Vivir" na Constituição. A expressão "Buen Vivir" é a tradução do conceito kichwa de *Sumak Kawsay*, que promove a harmonia entre seres humanos e a natureza, embora seja difícil defini-lo com precisão, o que justificou a criação de uma Secretaria do "Buen Vivir" em 2013, com o objetivo de sua conceptualização.

A constitucionalização do "Buen Vivir" surgiu após a crise dos anos 90 provocada pelo modelo neoliberal que levou a uma grande instabilidade política do país. Em resposta, o povo equatoriano decidiu eleger como presidente a Rafael Correa em 2006. Em sua revisão constitucional de 2008, o ex-presidente Correa incluiu o "Buen Vivir" no artigo 283 como forma de promover a distribuição equitativa dos benefícios do desenvolvimento, dos meios de produção e a criação de empregos dignos e estáveis.

Este novo projeto nacional surgiu como uma alternativa ao desenvolvimento ocidental e como uma ruptura com o mito do progresso e do caráter inesgotável dos recursos naturais do modelo de desenvolvimento anterior. No artigo 283 da Constituição do Equador, são promovidas iniciativas associativas autogeridas, especialmente o desenvolvimento de formas de empreendimento que antes eram excluídas da economia formal, como cooperativas, associações ou comunidades.

No entanto, é importante ter em mente que o modelo de EPS é novo, porém não rejeita a economia globalizada. Portanto, a conciliação entre o "Buen Vivir" e o desenvolvimento constitui o principal desafio desse novo modelo. Além disso, a harmonia entre o ser humano e seu ambiente promovida pelo "Buen Vivir" não inclui o conceito de desenvolvimento.

No processo de criação da nova Constituição, a população indígena equatoriana teve uma importância considerável, especialmente a Confederação das Nacionalidades Indígenas (CONAIE), que promoveu valores de proteção dos recursos naturais e a gestão equilibrada da riqueza, o que auxiliou na adoção do *Sumak Kawsay* como fundamento constitucional e, assim, em um compromisso constitucional de forma inédita.



Dessa forma, o Buen Vivir não se trata apenas de uma alternativa e superação do mito do desenvolvimento, mas sim de um verdadeiro novo contrato social que inclui plenamente os vínculos harmoniosos entre seres humanos e a natureza.

A nova Constituição de 2008 permitiu a implementação pelos poderes públicos de um “Plano Nacional do Buen Vivir” com objetivos econômicos, sociais e ambientais precisos que buscam a humanização da economia por meio de cinco princípios fundamentais: autossustentabilidade, reciprocidade, redistribuição, intercâmbio e planejamento (SARRADE, 2015, p. 6).

O caráter único da Economia Popular e Solidária do Equador, em comparação com os outros países que aplicam a Economia Social e Solidária, está relacionado ao compromisso constitucional do Estado e ao fato de que a EPS é considerada um setor econômico em si. Por isso, o Instituto Nacional de Economia Popular e Solidária possui um orçamento próprio e uma economia substancial que permitem identificar os agentes, financiar projetos e criar circuitos produtivos.

O uso da palavra "Popular" é interessante, ligando-se à "revolução cidadã" promovida pelo ex-presidente Rafael Correa, transformando os cidadãos em agentes diretos da mudança, apropriando-se da política por si mesmos. Além disso, a EPS não representa uma parcela insignificante da economia equatoriana, uma vez que, em 2009, a economia popular representava sozinha 64% do emprego e 25,7% do PIB (SARRADE, 2015, p. 9).

O "Buen Vivir" e a EPS resultaram principalmente em iniciativas concretas por meio de planos específicos. Por exemplo, o plano "desenvolvimento do corredor central", implementado em 2007, buscou a consolidação da EPS em áreas rurais através de quatro circuitos: "bons alimentos", "bom turismo", "boa manufatura" e "bom serviço" (SARRADE, 2015, p. 10). O circuito "bons alimentos" teve resultados positivos com a melhoria das condições de trabalho, aumento da renda familiar e promoção da igualdade de gênero. No entanto, é importante ressaltar em muitos casos a insuficiência e irregularidade na produção, acesso limitado ao financiamento, deficiência em estratégias comerciais e assistência técnica, e dificuldades administrativas.

2.3 A INFLUÊNCIA INDÍGENA NO BUEN VIVIR DO EQUADOR

A EPS consiste em novas formas de produção e cooperação acompanhadas pela reintegração dos excluídos da produção e do consumo. De forma geral, também é importante considerar que a EPS garante o uso harmonizado da força de trabalho e dos recursos disponíveis para satisfazer necessidades básicas, sejam materiais ou imateriais.



Resumidamente, trata-se de um caminho em direção a uma sociedade mais solidária e equitativa. A EPS é pensada, ao mesmo tempo, por e para os setores populares, sendo uma dimensão da economia que ultrapassa o conceito de rentabilidade material e se interessa principalmente pela melhoria da qualidade de vida por meio da reciprocidade e cooperação (CARRANZA; MARTINEZ, 20). Este tipo de economia se manifesta por meio de trocas mercantis que favorecem a formação humana, a cultura, a saúde etc. Por isso, as atividades relacionadas à EPS nascem principalmente de ações coletivas que geram uma produção comunitária.

No entanto, seria um equívoco acreditar que a economia solidária é simplesmente o resultado de análises acadêmicas e políticas baseadas na recuperação do conceito de Buen Vivir. De fato, a constitucionalização do Sumak Kawsay surge após o aprendizado da solidariedade e de projetos baseados nos valores do Buen Vivir. Esse conceito é uma herança direta do período pré-colonial no Equador, como demonstrado pela existência de coletividades agrárias que colaboravam espontaneamente para o benefício comum.

Atualmente, ainda existem essas formas de colaboração, geralmente conhecidas no idioma kichwa como "mingas". "Minga" significa "trabalho coletivo com fins de utilidade social e caráter recíproco", trata-se de um trabalho não remunerado, sem utilidade direta ou, pelo menos, sem benefício direto para aqueles que o realizam. As mingas são ações coletivas para o bem comum que permitiram a sobrevivência e até o desenvolvimento das comunidades. Podemos distinguir três tipos de mingas:

1. Minga comunitária: na qual um líder solicita ajuda dos demais para realizar um serviço que beneficie o bem comum. Os participantes compartilham depois um almoço (cada um leva algo) para agradecer o trabalho dos outros e agradecer à Pacha Mama.
2. Minga familiar: na qual um membro de uma família busca o apoio de seus parentes para realizar um trabalho que não pode ser feito sozinho. Os participantes também almoçam juntos nesse caso, mas o beneficiário oferece comida a eles.
3. Minga voluntária: que resulta da boca a boca, é uma ajuda externa para realizar um trabalho exaustivo e urgente em pouco tempo. Às vezes, essa ajuda vem de fora da própria comunidade (o que pode resultar em uma possível troca no futuro). Nesse caso, vemos como a minga pode ultrapassar os limites da cultura kichwa e se integrar à cultura equatoriana.

Para mostrar que o "Buen Vivir" é um conceito que surge diretamente dos costumes indígenas, podemos citar vários exemplos. Nos últimos anos da década de 90, as comunidades



indígenas de Cayambe realizaram mobilizações em resposta às propostas da CONAIE (HERRÁN, 2013). Durante esse protagonismo político, puderam demonstrar suas formas de autonomia local, seus projetos comunitários dirigidos por lideranças comunitárias, a grande presença de mulheres líderes e as novas organizações intercomunais.

Em 1979, o caso das comunidades indígenas de Zumbawa (HERRÁN, 2013) teve um impacto significativo nas atuais políticas relacionadas ao buen vivir. De fato, naquela época, o Fundo de Desenvolvimento Rural Marginal do Banco Central do Equador (FODERUMA) impulsionou o desenvolvimento rural por meio de créditos concedidos aos indígenas, com uma "garantia" de reembolso baseada apenas na confiança nos indígenas. Esses microcréditos, com responsabilidade comunitária, foram importantes geradores de desenvolvimento, não apenas impulsionaram a produção, mas também fortaleceram a organização comunitária. Hoje em dia, esse caso permite dar credibilidade ao financiamento de projetos dentro do contexto do Buen Vivir.

2.4 PROPOSTAS: DO LOCAL AO GLOBAL

O cooperativismo é um sistema que pode funcionar e ser uma esperança não só para o desenvolvimento local, mas também global, ou seja, em nível nacional. No contexto deste artigo, três possíveis ações são recomendadas para serem implementadas no Equador, a fim de que todo o país possa se beneficiar da Economia Popular e Solidária.

O primeiro foco é a educação. Implementar a Economia Popular e Solidária em uma cooperativa não é algo automático ou natural para muitas pessoas. Por isso, é necessário ter especialistas em EPS no país. O sistema educacional poderia formar, por exemplo, estudantes de negócios conscientes das questões do comércio justo, engenheiros especializados em produção ecológica lucrativa ou biólogos em busca de alternativas aos produtos químicos. O mundo da pesquisa e investimento em mais material educativo também pode desempenhar um papel considerável na formação desses especialistas. No entanto, para que esses novos conhecimentos sejam verdadeiramente úteis, é fundamental incentivar a criação de cargos de responsáveis pela Economia Popular e Solidária dentro das próprias empresas.

O segundo foco é a sensibilização, tanto da população quanto dos empresários e políticos, para que todos (no Equador e no mundo) estejam cientes da importância da Economia Popular e Solidária, especialmente para os produtores e a preservação do meio ambiente. Além da conscientização para a EPS, também é necessária a sensibilização para a igualdade de gênero. Para alcançar esses objetivos, a educação também é a chave para os mais jovens. Para os adultos, a sensibilização pode ser feita através de cartazes e seminários, de forma mais abrangente, com



novas leis para proteger o meio ambiente, aumentar a qualidade de vida dos trabalhadores ou garantir que as mulheres tenham as mesmas oportunidades.

O terceiro foco é a comunicação, especialmente entre os indígenas e o restante da população equatoriana. De fato, há certo isolamento dos indígenas enquanto todo o povo tem muito a aprender com eles.

Para melhorar a comunicação, poderia ser interessante propor "mingas gigantes" nas quais os equatorianos não indígenas participem para descobrir as vantagens e a humanidade desse costume, e talvez aplicá-lo. Além disso, é necessário promover a diversidade nas instituições de ensino para que nas escolas "indígenas" haja, por exemplo, equatorianos não indígenas, permitindo uma maior comunicação e compreensão entre as duas culturas, que de certa forma são uma só.

Além da comunicação com os indígenas, é necessário considerar a comunicação com os poderes políticos e melhorá-la por meio da implementação de uma democracia participativa, tanto local quanto global.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, exploramos o conceito de desenvolvimento a partir de diversas perspectivas de pensamento, destacando a importância de repensar as definições tradicionais em direção a abordagens mais inclusivas e alternativas. Por isso, destacamos o papel emergente e inovador da Economia Social e Solidária, particularmente no contexto do Equador e do "Buen Vivir".

A inclusão do Buen Vivir na Constituição da República do Equador marcou um precedente significativo, promovendo a harmonia entre seres humanos e a mãe natureza, assim como a distribuição mais equitativa dos benefícios do desenvolvimento. Por sua vez, a EPS, em seu compromisso com a reciprocidade, surgiu como uma verdadeira alternativa que defende a inclusão de setores excluídos da economia formal.

É de extrema importância reconhecer e ressaltar o legado ancestral da EPS, especialmente nas comunidades indígenas equatorianas, onde práticas como as "mingas" têm demonstrado a importância da colaboração comunitária para o bem-estar comum. Além disso, a inserção de valores e práticas indígenas na política e na economia tem sido fundamental para redefinir os modelos de desenvolvimento na América do Sul.

A proposta de implementar a EPS em todo o território nacional equatoriano requer uma perspectiva integral que abranja educação, sensibilização e uma excelente comunicação. Educar as futuras gerações nos valores da economia solidária, sensibilizar a sociedade como um todo e



fomentar a comunicação entre os povos indígenas e não indígenas são passos primordiais para avançar em direção a um modelo mais inclusivo e equitativo de desenvolvimento.

Por fim, o desafio reside em encontrar um equilíbrio entre a EPS e a economia globalizada, assim como em superar as limitações e desafios enfrentados por esse modelo alternativo. O caminho em direção a um desenvolvimento sustentável e justo implica não apenas adotar práticas econômicas mais solidárias, mas também impulsionar uma mudança cultural que reconheça intrinsecamente a importância da reciprocidade e da cooperação local para a construção de uma sociedade.

O caso do Equador oferece lições valiosas sobre a "integração de visões alternativas de desenvolvimento", especialmente a incorporação de princípios indígenas nas políticas nacionais. O Buen Vivir e a Economia Popular e Solidária representam um novo caminho em direção a um possível desenvolvimento inclusivo e digno, onde a harmonia entre seres humanos e a natureza é um ponto central.

Em suma, a busca por um modelo de desenvolvimento mais equitativo e, acima de tudo, sustentável, não parece ser um caminho fácil, no entanto, a experiência de um país andino como o Equador demonstra que é possível integrar abordagens diversas e/ou alternativas para construir uma sociedade mais solidária, equitativa e harmoniosa.



REFERÊNCIAS

CEJUDO, Rafael. Capacidades y Libertad Una aproximación a Amartya Sen (2007). Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/60859775.pdf>>. Acesso em: 10 outubro de 2023.

CARRANZA BARONA, César; MARTÍNEZ GALARZA, Andrea. Desafios de la Economía Solidaria y Comunitaria, Acercamientos conceptuales desde las experiencias (2020). Disponível em: <<https://www.economiasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/09/Noticia-02-Economi%CC%81a-social-solidaria.pdf>>. Acesso em: 15 outubro de 2023.

ECUADOR, Constitución de la República de Ecuador (2008). Disponível em: <https://www.defensa.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2021/02/Constitucion-de-la-Republica-del-Ecuador_act_ene-2021.pdf>. Acesso em: 8 outubro de 2023.

ECUADOR: Ecuador busca fortalecer el Comercio Justo (2016). Disponível em: <<https://www.economiasolidaria.gob.ec/ecuador-busca-fortalecer-el-comercio-justo/>>. Acesso em: 2 novembro de 2023.

HERRÁN GÓMEZ, Javier. La Economía Popular y Solidaria. Una práctica más que un concepto. (2013). Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4527945>>. Acesso em 10 outubro de 2023.

KRASNER, Stephen. Desarrollo estatal, construcción del estado y ayuda externa (2010). Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/25822671>>. Acesso em: 1 outubro de 2023

MÍGUEZ, Pablo. Estado y Desarrollo en la Economía Política Latinoamericana (2017). Disponível em: <<https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/179494>>. Acesso em: 30 setembro de 2023.

SARRADE COBOS, Diana. L'économie populaire et solidaire en Equateur : vers la matérialisation du principe constitutionnel du bien-vivre ? (2015). Disponível em: <<https://doi.org/10.7202/1032521ar>>. Acesso em: 15 outubro de 2023.